

Produção de sentidos e concepções de espaço no programa de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís-Maranhão entre 1980 e 1993

Conceição de Maria Belfort de Carvalho¹
Larissa Lacerda Menendez²
Sarany Rodrigues da Costa³

RESUMO

O trabalho apresenta uma análise das políticas públicas direcionadas para a Praia Grande (1980 -1993), e sua relação com a dinâmica do espaço, de forma a identificar as contribuições dessas políticas na construção de uma identidade para São Luís. Em seu desenvolvimento realizou-se pesquisa documental utilizando *corpus* do tipo arquivo, entendido a partir da perspectiva de Foucault (2008). O arquivo consultado é composto fundamentalmente pelo conjunto de documentos que formam o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL), o qual é estudado com base na Análise do Discurso (AD) de linha francesa, orientada pelos escritos do filósofo Pêcheux (1995). Apesentam-se os resultados da análise dos documentos formadores do PPRCHSL, que apontam para a existência de concepções de espaço social, econômico e social, além da presença de elementos dos conceitos de paisagem, lugar e patrimônio ambiental urbano, evidenciando, assim, as identidades que emergem dos discursos presentes no referido Programa.

Palavras-chave: Espaço Geográfico. Revitalização. Preservação. Praia Grande. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

O espaço é constantemente modificado pelo homem, tanto nas suas formas, quanto nas suas relações. No que tange às modificações sobre as formas estruturais do espaço, sabe-se que elas podem ocorrer não só pelas mãos do homem, mas, também, pela implacável ação do tempo. Com o intuito de corrigir e/ou minimizar os efeitos de ambas as ações (do tempo e do homem) sobre o espaço, o governo se utiliza de políticas públicas voltadas especificamente para essa finalidade.

A trajetória das políticas de preservação da área histórica da cidade de São Luís, Maranhão, é extensa e não se limitou à proteção do acervo, mas também à sua reestruturação, e teve como principal instrumento o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL). O programa constitui um conjunto de ações voltadas para atender as necessidades estruturais, sociais e de ordem econômica do Centro Histórico da capital, tendo suas primeiras atividades implantadas na Praia Grande a partir do início da década de 1980.

1 Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão.

2 Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão e do Programa de Pós-Graduação em Culturas Contemporâneas da UFMT.

3 Professora do departamento de turismo e hotelaria da Universidade Federal do Maranhão.

Tendo ciência do contexto de desenvolvimento das ações de preservação do Centro Histórico, considerou-se oportuno desenvolver um estudo a respeito das concepções de espaço e dos sentidos produzidos pelo PPRCH e, ainda, a criação de identidades sobre a Praia Grande a partir desses sentidos, no período entre 1980 e 1993, e sua relação com a dinâmica do espaço geográfico.

Para o desenvolvimento do estudo apresentado foi utilizada uma metodologia que iniciou com a realização de uma extensa pesquisa bibliográfica. Numa segunda etapa da pesquisa foi realizado um estudo documental, onde foram consultados documentos que compõem o conjunto de políticas públicas para o espaço na Praia Grande, então PPRCHSL, com o objetivo específico de identificar quais concepções de espaço são produzidas e quais efeitos de sentidos existentes em tais documentos; e ainda de identificar quais identidades incidem sobre a Praia Grande a partir dos efeitos de sentidos produzidos no discurso do Programa.

O período escolhido compreende o ano em que foi apresentada a primeira versão do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico (PPRCH) (1981), o principal instrumento de pesquisa. A outra marcação temporal centra-se no ano de finalização da terceira etapa do Programa, etapa em que foram desenvolvidas as obras mais expressivas do PPRCH.

A coleta de dados desta segunda etapa da pesquisa foi realizada no Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP), que é um órgão aberto ao público para consulta local a seus documentos, dispensando, assim, a necessidade de uma autorização formal do referido órgão. O *corpus* analisado é do tipo arquivo, isto é, aquele formado pelo conjunto de textos que compõem o PPRCH.

Considerou-se a noção de arquivo de Foucault (2008), que entende este como sendo o sistema que comanda o aparecimento dos enunciados como acontecimentos distintos, ou ainda de forma mais simplificada, como “[...] o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 148). Para interpretar os efeitos de sentido produzidos no *corpus*, o estudo ancora-se nas discussões propostas por Michel Pêucheux, considerado o fundador da AD de linha francesa, e suas discussões sobre os sentidos no discurso.

A teoria de AD – utilizada para o tratamento dos dados coletados – segundo Caregnato e Mutti (2006, p. 680), pretende “[...] interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação; podem ser entrecruzadas com séries textuais (orais ou escritas) [...]”. Assim, buscou-se compreender quais os efeitos de sentido produzidos no PPRCH sobre a ideia de espaço e quais identidades eles inauguram para a Praia Grande na cidade de São Luís.

Dessa forma, o presente artigo inicia-se com a discussão do conceito de espaço, e de categorias como paisagem e lugar, na perspectiva de autores como Santos (2012; 2014), Tuan (2013). Em seguida, é apresentado o processo de formação do arquivo sobre a preservação do patrimônio cultural em São Luís e uma discussão sobre os estudos culturais e identidade em transversalidade com a Análise do Discurso de linha francesa.

2 ESPAÇO GEOGRÁFICO, PAISAGEM E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

O homem vive em constante interação com o ambiente, seja no (aparentemente) simples ato de ir e vir, nas formas e divisão do trabalho e até mesmo nas relações com seus pares. Essa interação do

homem com o ambiente, com a natureza e com os seres, modifica o espaço natural e produz o espaço geográfico. A presença do homem e suas relações é uma condição *sine qua non* para a existência da categoria “espaço geográfico”, pois, sem esses elementos, o que existirá será apenas paisagem, somente estrutura física, o espaço natural estabelecendo relações com os objetos naturais.

O conceito de espaço apresenta uma relação muito íntima entre os elementos sociais, estruturais e funcionais que constituem o ambiente. Pode-se melhor entender essa relação nas palavras de Giometti, Pitton e Ortigoza (2012, p. 34) ao afirmarem que “[...] o espaço geográfico deve ser entendido como uma totalidade dinâmica em que interagem fatores naturais, socioeconômicos e políticos”. Os fatores naturais dizem respeito às formas espaciais presentes na natureza, os elementos socioeconômicos e políticos referem-se àqueles construídos pelo homem.

Com semelhante pensamento o geógrafo francês Éric Dardel, em seu livro *O homem e a terra*, lançado em 1952, salienta que o espaço geográfico é composto por diferentes espaços e que “[...] a mão do homem dá a cada lugar uma singularidade em seu aspecto [...]” (DARDEL, 2011, p. 2). Na primeira parte da obra citada o autor apresenta o conceito de espaço correlacionando-o com a literatura, expõe ainda as subdivisões encontradas por ele nesse conceito, tais como: espaço material, espaço telúrico, espaço aquático, espaço aéreo e espaço construído. Não se pretende ater às subdivisões, mas sim ao conceito de espaço defendido pelo referido autor.

Dessa perspectiva, pode-se conceber o espaço também como lugar de resistência da memória coletiva (HALBWACHS, 1990). O grupo humano adapta seus hábitos, movimentos ao lugar. Seus pensamentos são regulados pelas sucessivas imagens exteriores e os espaços e monumentos materializam e se misturam aos significados simbólicos e subjetivos que constituem as culturas humanas.

O filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (2000) defende que espaço é o resultado da produção da sociedade, trazendo a ideia de organização e relações sociais ao seu entendimento do que vem a ser espaço geográfico. Em sua obra “A produção do espaço”, Lefebvre postula o espaço como fundamentalmente atrelado à realidade social; diz ainda que o espaço, assim como o tempo, sendo fruto da produção social, não pode ser visto de forma universal, podendo ser compreendido dentro do contexto de uma sociedade específica, o que o torna não somente relacional, mas essencialmente histórico.

Lefebvre formula a teoria da produção do espaço baseada em três dimensões que ele chama também de momentos da produção do espaço, os quais são: prática espacial, que está diretamente relacionada à dimensão material e interações sociais da produção do espaço; representação do espaço, responsáveis pela formação da imagem e definição do espaço; espaço de representação que se refere à dimensão simbólica do espaço.

A teoria sugere que, com base nessas três dimensões, poder-se-ia analisar o espaço social, o qual se constitui no processo de prática espacial em forma de rede de atividades interconectadas, que sobrevivem em um meio material determinado, ou seja, o ambiente construído (SCHMID, 2012). Esse espaço, objeto principal da teoria de Lefebvre, seria a união dos aspectos subjetivo, representado pelas relações sociais, e do concreto, expresso pelo meio físico em suas diversas formas de apresentação.

Um exemplo ilustrativo dessa influência da cultura está na preservação de monumentos e imóveis, os quais para determinado grupo cultural podem apresentar muito significado, motivo que jus-

tifica sua preservação por este grupo. Mas para outras culturas, um mesmo monumento pode não apresentar outra importância além de sua funcionalidade, pois não há para este grupo o sentimento de pertencimento e, portanto, não veem a necessidade de sua preservação. Por outro lado, podemos conceber que a escolha dos lugares simbólicos da memória coletiva pode, muitas vezes, ocorrer por interferências arbitrárias do Estado Nacional, atendendo a interesses políticos e ideológicos que reforçam determinados valores em detrimento de outros, influenciando diretamente as políticas, subsídios e a classificação do que deve ou não ser incorporado ao patrimônio (Cf. CANCLINI, 2003).

Diante desse quadro geral, torna-se necessário apresentar as concepções do teórico Michel Pêcheux sobre AD, tendo em vista que estas servirão de base para o estudo. Buscar-se-á, ainda, subsídio em Fernandes (2008) e Orlandi (2013) para melhor compreensão do pensamento deste teórico e dos postulados da AD.

Na obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Pêcheux (1995, p. 160) defende a tese de que o sentido das palavras, das expressões e das proposições não reside nelas mesmas, nem na vinculação com sua literalidade, mas são determinados “[...] pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).” Em concordância com esse pensamento, Fernandes (2008) afirma que a produção dos sentidos é realizada a partir dos lugares que os sujeitos em interlocução ocupam. Portanto, o sentido não é adquirido com base na tomada dos significados de forma isolada, mas com base no contexto de formação do enunciado, levando em consideração, também, suas condições de produção.

Tem-se que observar que, o que se quer identificar – o estudo e a teoria da Análise do Discurso – não é o significado dos termos e expressões, mas sim o sentido, e este não é único nem imutável, mas, também, variante e influenciado por questões históricas e ideológicas, pois as “[...] transformações históricas possibilitam-nos a compreensão da produção dos discursos [...]”, como afirma Fernandes (2008, p. 18), e as ideologias atravessam os sujeitos na elaboração de seus enunciados.

Em concordância com Pêcheux e Fernandes, Orlandi (2013, p. 44) declara que “[...] os sentidos não estão assim determinados por propriedades da língua. Dependem de relações constituídas nas/pe-las formações discursivas.” A respeito dessas relações, Pêcheux (1995) compreende que as palavras, expressões e preposições têm seu sentido constituído no interior de cada formação discursiva, ou seja, nas relações que elas mantêm umas com as outras, dentro de uma mesma formação discursiva. O autor Pêcheux (1995, p. 160, grifo do autor) chama de formação discursiva “[...] aquilo que numa formação ideológica dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]”, sendo o lugar onde o sentido é construído. Desse modo, a formação discursiva pode ser entendida como o mecanismo que controla e organiza o surgimento dos discursos.

Para Fernandes (2008), a formação discursiva está relacionada àquilo que se pode dizer somente em época determinada e espaço social específico, àquilo que possui lugar e realização por meio de condições de produção características, definidas de forma histórica. O autor salienta que a formação discursiva diz respeito à “[...] possibilidade de explicitar como cada enunciado tem seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que o engendram derivam de um mesmo jogo de relações, como um dizer tem espaço em um lugar e em uma época específica [...]” (FERNANDES, 2008, p. 48-49).

Ao lado do conceito de formação discursiva, Pêcheux (1995, p. 161) apresenta uma designação para a expressão processo discursivo, que ele entende como “[...] o sistema de relações de substituições, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada.” Esse processo, juntamente com o de formação discursiva, permite a criação dos diversos sentidos que um discurso pode apresentar, bem como a diferenciação de sentidos de uma mesma palavra, expressão ou proposição.

Segundo Pêcheux, outro fator que influencia diretamente na constituição dos sentidos é a ideologia, que, por meio do “hábito” e do “uso” designa “o que é” e “o que deve ser”, mesmo que isso, às vezes, aconteça “[...] por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de ‘retomada do jogo’ [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 160). O autor continua a defesa de sua posição a respeito do assunto afirmando que:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifo do autor).

Dessa forma, a ideologia pode, então, atribuir diferentes sentidos a uma mesma palavra e, ainda, usar diferentes palavras para expressar um mesmo sentido. Para ilustrar essa colocação, recorre-se ao exemplo apresentado por Fernandes (2008) para esclarecer a respeito da influência da ideologia na constituição dos sentidos. O autor observou o uso dos termos “ocupação” e “invasão” em reportagens de revistas e jornais em circulação, quando essas se referem aos movimentos dos trabalhadores rurais Sem-Terra.

Nesse contexto, entende-se que os sentidos são condicionados, relativos e influenciados por fatores que vão além da materialidade de seus significantes, ou seja, que vão além da linguagem ou do termo utilizado para defini-los; eles são produzidos por meio de processos ideológicos, históricos, sociais e, também, linguísticos.

Outro fator que influencia a constituição dos sentidos no discurso é o interdiscurso, o qual é muitas vezes tomado como sinônimo de memória discursiva. A memória individual não é suficiente no ato de recordar e reconhecer lembranças, é necessário que esta se apoie em um fundamento comum ao grupo. A reconstrução das lembranças opera a partir de dados e noções comuns. A memória individual apoia-se na memória coletiva, para precisar as lembranças ou mesmo preencher algumas lacunas (HALBWACHS, 1990).

Para Orlandi (2013), o interdiscurso é composto pelo conjunto de formulações realizadas anteriormente e já esquecidas, que vêm determinar aquilo que se diz. A autora comenta, ainda:

Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apegue na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. (ORLANDI, 2013, p. 33-34).

Dessa forma, tem-se que o interior de toda formação discursiva é composto por discursos diversos, ou seja, apresenta uma interdiscursividade que, para Fernandes (2008), se caracteriza pelo entre-

cruzamento de discursos diversos, advindos de momentos históricos diferentes e de lugares sociais distintos. Assim, pode-se entender o interdiscurso como a junção de vários discursos promovendo a construção de um “novo” discurso.

Com base no pensamento de Michel Pêcheux e nesses entendimentos de constituição de sentidos, formação e processo discursivo e ideologias, desenvolve-se, a seguir, um estudo a respeito das concepções de espaço e dos sentidos produzidos pelo PPRCH e, ainda, a criação de identidades sobre a Praia Grande a partir desses sentidos.

3 ESPAÇO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO PPRCH

Chamado inicialmente de Projeto Praia Grande – por esta ser a área escolhida para receber as primeiras obras do Programa – e, posteriormente, de Projeto Reviver, o PPRCH se constitui no principal instrumento de políticas públicas para o espaço, políticas estas voltadas para o Centro Histórico da capital, e responsável pelo processo de revitalização que levou São Luís a receber da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) o título de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade.

Segundo a UNESCO (2017a, n. p.):

O Patrimônio Cultural é de importância impar para a identidade e memória de um povo e relaciona-se também ao patrimônio Imaterial ou Intangível, que compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes.

O espaço é local também para as expressões do patrimônio cultural imaterial. Nesse sentido, o Centro Histórico de São Luís, seu conjunto arquitetônico e histórico, formam o cenário ideal para um calendário regional que abriga o imaginário dos folguedos juninos. No período das festas juninas, ruas são tomadas por peregrinos de todas as partes do estado. O itinerário percorrido por esses grupos marca o sentido intersubjetivo do patrimônio na vida das comunidades: o Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão (CEPRAMA), a Casa das Minas, o porto da Praia Grande, o bairro de Monte Castelo deixam de ser logradouros e tomam uma dimensão mais profunda na expressão de fé, pagamentos de promessa, em que o espaço urbano é ressignificado e revitaliza as conexões mais profundas da identidade de um povo.

Freire *apud* Cutrim (2015) aponta para a modernização de São Luís nas décadas de 40 e 50, onde ocorreu a demolição de importantes prédios históricos para dar espaço aos automóveis. As ações de preservação de Patrimônio ocorrem nas sociedades da América Latina, à medida que as políticas de desenvolvimento precisam desalojar grupos, destruir lugares de memória para estabelecer as bases industriais e econômicas de suas ações. Canclini (2003) afirma que o patrimônio constitui-se como força política que acompanha todos os projetos modernizadores, pois criam a ilusão de tradições prolongadas ao mesmo tempo em que renovam a sociedade.

As ações do PPRCH tiveram início na Praia Grande, que foi tomada como área piloto. Isto porque a área apresentava a mais grave situação de degradação, por concentrar os mais imponentes conjuntos de arquitetura urbana, e pela necessidade de se enfrentar o problema de forma progressiva. A reforma

foi feita em sucessivas etapas, diante da impossibilidade de tratamento imediato da totalidade do Centro Histórico, devido à sua amplitude – trata-se de um espaço de 250 hectares e 5.500 edificações – e devido à falta de recursos suficientes para contemplar toda a área (PEREIRA, 1992).

O Programa teve suas diretrizes básicas traçadas na Convenção Nacional da Praia Grande – evento promovido pelo Governo do Estado para discutir propostas para revitalização do Centro Histórico, figura como uma das práticas não discursivas no contexto da preservação do patrimônio cultural em São Luís – que aconteceu no ano de 1979 e contou com a participação de diversos órgãos e entidades parceiras, a saber: A Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR), a Fundação de Cultura (FUNC), a Companhia Elétrica do Maranhão⁴ (CEMAR), Empresa de Telecomunicações do Maranhão (TELMA)⁵, Secretaria de Planejamento (SEPLAN), Prefeitura Municipal, IPHAN, Sociedade dos Amigos do Centro (CUTRIM, 2011).

Nesse primeiro encontro foi constituída a Comissão de Coordenação do Projeto e o Grupo de Trabalho os quais foram instituídos oficialmente por meio do Decreto nº. 7.345 de 16 de novembro de 1979 que, também, institucionalizou o Programa, tornando-o não só um compromisso de gestão, mas de Governo. A Comissão era formada por nove pessoas representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, dos quais: um representante do SPHAN, dois da UFMA, dois da SEPLAN, um da então Secretaria Estadual de Transportes e Obras Públicas (SETOP), um da Secretaria Estadual de Cultura (SEC), um da MARATUR e um da prefeitura por intermédio da Secretaria Municipal de Urbanismo.

O Grupo de Trabalho, coordenado pela Comissão, era responsável pelo desenvolvimento do Programa, o que significa que os sujeitos que compunham a equipe interdisciplinar eram provenientes de diferentes áreas, como: arquitetos, urbanistas, assistentes sociais e profissionais de apoio, como datilógrafos e secretários.

Para a elaboração do PPRCH, o grupo ouviu a sociedade representada por sindicatos como o do Comércio Varejista dos vendedores de São Luís e o dos Remadores e Contramestres, como colocado por Andrès (2006), que participavam das reuniões de discussão das propostas e expunham seus anseios e necessidades com relação ao espaço da Praia Grande.

Com isso, percebe-se a presença das vozes dos usuários daquele espaço na constituição do Programa, ainda em menor número em relação à voz das instituições públicas.

O caráter interdisciplinar do grupo de trabalho que elaborou o PPRCH e a participação popular existente nessa elaboração promovem discursos diversos e vários efeitos de sentido, que podem ser percebidos ao longo de vários enunciados do Programa. Dentre esses enunciados, elegeram-se alguns para serem analisados com o propósito de alcançar os objetivos da pesquisa.

O primeiro texto que se propôs analisar é o de Apresentação do Programa de Obras para o Largo do Comércio e Adjacências, que se consistiu em um dos desdobramentos do PPRCH e que tratava das primeiras obras a serem desenvolvidas pelo Programa. O documento foi lançado em 1980, antes mesmo do lançamento oficial do instrumento maior. A escolha primeira do texto se deve ao fato de este apresentar informações essenciais e imprescindíveis para o entendimento do instrumento de pesquisa,

4 Atualmente a CEMAR é denominada de Companhia Energética do Maranhão.

5 Em 1998 a Companhia passou a ser designada TELEMAR e em 2007 passou a usar a marca OI.

tais como: a justificativa para escolha da área a ser priorizada pelas ações do Projeto e a Estratégia de atuação do Governo.

Texto 1 - Apresentação do Projeto por parte do Grupo de Trabalho do Projeto Praia Grande

O Projeto Praia Grande objetiva a preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís, através de intervenções de caráter social, físico, econômico e cultural.

Dadas a amplitude desta área e a inexistência de recursos para tratamento da mesma como um todo, definiu-se pela sua significância e tradição, a área da Praia Grande propriamente dita (Largo do Comércio e suas adjacências), como sendo aquela que abrange em todos os aspectos, as características marcantes do Centro Histórico de São Luís; possui atividades comerciais, institucionais, portuárias e residenciais; tem a Feira da Praia Grande; as repartições; os becos; e escadarias; as ruas de pé-de-moleque e as pedras de cantaria; tipos fascinantes – o mascate, o ambulante, o “raspado”, o feirante, o vendedor de bilhetes, o engraxate, o carroceiro e seu jegue, e inúmeros outros. É uma rica história, digna de atenção e aprofundamento.

Para esta área definiu-se um programa de atuação em vários níveis, que permitirá, aos órgãos interessados e às autoridades estaduais e federais responsáveis, materializarem os interesses latentes na preservação do patrimônio e na promoção da cultura, efetivando os inúmeros compromissos e intenções anteriormente manifestados.

Para isso, este programa poderá ser desenvolvido concomitantemente pelos vários órgãos interessados, cabendo-lhes a aplicação de recursos financeiros e técnicos em etapas definidas.

Além disso, este programa será continuamente orientado pela Comissão de Coordenação do Projeto Praia Grande de maneira que todos os órgãos possam atuar de forma integrada e com objetivos comuns.

É nossa expectativa que ao lado da atuação das autoridades e técnicos, possamos contar com a participação ativa dos usuários, comerciantes e demais representantes da comunidade local. Para isso serão encorajadas as reuniões e debates junto ao pessoal da área para consulta e aprovação das medidas aqui propostas.

Finalizando, gostaríamos de acrescentar que reconhecemos a parcela de responsabilidade maior do Estado na condução deste processo de revitalização do Centro Histórico de São Luís, não só naquilo que concerne à aplicação dos recursos suficientes para execução dos projetos e obras, mas principalmente na estratégia de intervenção que deve considerar, independente de qualquer conotação intelectual, administrativa ou técnica, os interesses legítimos da coletividade.

Fonte: Maranhão (1980, p. 3)

O texto se inicia com a exposição do objetivo principal do PPRCH e os campos de abrangência do Programa, ressaltando que a preservação do patrimônio não deve se limitar aos aspectos físico e es-

tético, mas se estender ao social, econômico e cultural. Essa posição reflete uma formação discursiva de gestores públicos, que defende que tal planejamento deve levar em conta o ambiente e o contexto no qual está inserido o bem a ser preservado, o que mantém uma relação de interdiscurso com o conceito de patrimônio ambiental urbano. No caso do conjunto arquitetônico da Praia Grande, a situação afetava não apenas a estrutura dos casarões, mas, também, a economia, os espaços de convivência e os aspectos culturais do lugar.

Os campos de abrangência do Programa expressam, ainda, a multiplicidade de olhares dos sujeitos que participaram, de forma direta ou indireta, na elaboração do documento, tais como: arquitetos, assistentes sociais, urbanistas, representantes do órgão estadual de cultura e de sindicatos, entidades representativas da sociedade, defensores de ideologias diversas, o que marca as diferentes posições dos sujeitos. Como afirma Fernandes (2008, p. 26), esses olhares ocorrem porque “[...] o sujeito não é homogêneo, seu discurso constitui-se do entrecruzamento de diferentes discursos.” Neste caso, observa-se claramente a influência dos discursos preservacionista, econômico, urbanístico, social e cultural, enunciados a partir da inscrição ideológica de cada sujeito e que podem ser verificados logo no início do texto, no momento em que é anunciado o objetivo principal do PPRCH: “O Projeto Praia Grande objetiva a preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís, através de intervenções de caráter social, físico, econômico e cultural.” (MARANHÃO, 1980, p. 3).

Em seguida, o texto aponta os motivos que levaram à escolha da Praia Grande para receber as primeiras ações do PPRCH. Dentre esses motivos, destaca-se aquele que afirma que a área em questão abrange, em todos os aspectos, as características marcantes do Centro Histórico de São Luís:

Dadas a amplitude desta área e a inexistência de recursos para tratamento da mesma como um todo, definiu-se pela sua significância e tradição, a área da Praia Grande propriamente dita (Largo do Comércio e suas adjacências), como sendo aquela que abrange em todos os aspectos, as características marcantes do Centro Histórico de São Luís; possui atividades comerciais, institucionais, portuárias e residenciais. (MARANHÃO, 1980, p. 3).

Ao descrever essas características, quando cita as atividades comerciais e portuárias mais especificamente, o documento gera efeitos de sentidos que apontam para a concepção de espaço econômico, aquele onde ocorrem as relações de consumo e de produção, relações comerciais de compra e venda de mercadorias, relações presentes desde a formação da Praia Grande e ainda existentes no referido espaço, sendo mantidas até hoje pelas mesmas atividades, com ressalva para a atividade portuária que, atualmente, restringe-se ao fluxo de passageiros em decorrência da abertura de um porto exclusivo para cargas em outra área da cidade.

No momento em que o texto faz referência à atividade institucional, residencial, às ruas, becos e escadarias – “[...] possui atividades comerciais, institucionais, portuárias e residenciais; tem a Feira da Praia Grande; as repartições; os becos; e escadarias; as ruas de pé-de-moleque e as pedras de cantaria [...]” – produz efeitos de sentidos que remetem ao espaço social, pois nesses espaços o homem se relaciona e interage com o próprio homem e, a um só tempo, com o espaço que, a partir de então, ganha significação e função sociais.

O PPRCH buscou, ao longo de todo seu processo, preservar e manter essa interação por meio das atividades citadas. No entanto, algumas delas não obtiveram o resultado desejado, a exemplo dos pro-

gramas de habitação que não conseguiram manter por muito tempo todos os residentes daquela área. Outro exemplo que se pode citar é o das repartições públicas, que foram instaladas na Praia Grande com o propósito de promover maior fluxo de pessoas naquele espaço. Porém, o fluxo só ocorre nos dias úteis, deixando o espaço pouco movimentado nos feriados e finais de semana, quando nem os museus, que poderiam ser frequentados por visitantes, são abertos.

Ao citar os “tipos fascinantes” e “uma rica história”, o texto cria efeitos de sentido que aludem ao espaço cultural, pois aqueles constituem símbolos pertencentes à cultura local, figuras típicas do lugar, dos quais alguns ainda se encontram presentes até hoje e integram a paisagem cultural da área como, por exemplo, o feirante e o ambulante. Ao usar o adjetivo feminino “rica”, para se referir à história da Praia Grande, o enunciado atribui a ela significado e valor, os quais são percebidos mais facilmente dentro do contexto histórico cultural em que aquele espaço está inserido.

Em seu terceiro parágrafo, o enunciado expressa um discurso eminentemente institucional, que visa a promover uma atuação integrada e compartilhada com as demais instituições participantes do Programa, refletindo, assim, um discurso de descentralização e compartilhamento de responsabilidades, por meio do qual buscarão alcançar o objetivo de preservar o patrimônio e promover a cultura local:

Para esta área definiu-se um programa de atuação em vários níveis, que permitirá, aos órgãos interessados e às autoridades estaduais e federais responsáveis, materializarem os interesses latentes na preservação do patrimônio e na promoção da cultura [...]. (MARANHÃO, 1980, p. 3).

A gestão do PPRCH contou com a atuação predominante do Governo do Estado, por intermédio da SEPLAN, em parceria com o Governo Federal por meio do IPHAN. Contou, ainda, com a colaboração de outras entidades e instituições que, como visto, fizeram parte da comissão de coordenação do projeto, demonstrando certa coerência com o discurso proposto.

Após ressaltar o papel do Estado na condução do Programa, o documento enfatiza a expectativa do grupo em poder contar com a presença da sociedade nos processos de discussão das propostas do PPRCH: “É nossa expectativa que ao lado da atuação das autoridades e técnicos, possamos contar com a participação ativa dos usuários, comerciantes e demais representantes da comunidade local.”

Esse incentivo à participação popular está inserido numa formação discursiva desenvolvida pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural, os quais defendem o envolvimento da comunidade local, tanto na elaboração de políticas, quanto nos processos de escolha e salvaguarda dos bens culturais. Havendo essa participação, torna-se mais fácil desenvolver o sentimento de pertencimento e apropriação desses bens, pois o envolvimento da comunidade a faz sentir-se parte integrante do processo e, assim, poderá aceitá-lo sem resistências e defendê-lo com maior empenho, o que aumenta as possibilidades de êxito do projeto. Porém, adiante ressalta-se que “para isso serão encorajadas as reuniões e debates junto ao pessoal da área para consulta e aprovação das medidas aqui propostas”. Nota-se, nesse trecho, que a participação da comunidade local é compreendida no âmbito de consulta e aprovação, não de um processo de construção coletiva e conjunta. A decisão a respeito do que deve ou não ser classificado como patrimônio, a legitimação dos espaços coletivos de memória que devem ser salvaguardados, restaurados, são, em última instância, escolha dos agentes do Estado,

sendo destinado aos habitantes do local apenas o direito de aprovar ou não as designações do órgão governamental.

No último parágrafo, o texto destaca a maior responsabilidade do Governo do Estado no investimento de recursos e nas estratégias de intervenção do Programa.

Finalizando, gostaríamos de acrescentar que reconhecemos a parcela de responsabilidade maior do Estado na condução deste processo de revitalização do Centro Histórico de São Luís, não só naquilo que concerne à aplicação dos recursos suficientes para execução dos projetos e obras, mas principalmente na estratégia de intervenção que deve considerar, independente de qualquer conotação intelectual, administrativa ou técnica, os interesses legítimos da coletividade. (MARANHÃO, 1980, p. 3).

A colocação presente nesta parte do enunciado expressa, mais uma vez, um discurso eminentemente institucional, que reflete a posição de sujeito do grupo de trabalho responsável por esta enunciação, sendo os componentes desse grupo contratados pelo governo estadual e enunciando em favor deste. Ao final do período, o texto faz menção aos “interesses legítimos da coletividade”, buscando ressaltar que o Estado deve trabalhar em favor dos cidadãos e de seus interesses e necessidades, independentemente das estratégias que adote, refletindo, assim, o discurso das políticas públicas.

Nota-se que a primeira parte do enunciado, mais precisamente o segundo parágrafo, promove a valorização da Praia Grande por suas características peculiares, as quais justificaram a escolha da área para receber as ações iniciais do PPRCH. Nessas características foram identificados os efeitos de sentido que produzem concepções de espaços econômico, social e cultural.

A segunda parte do texto, do terceiro parágrafo em diante, expressa um discurso predominantemente institucional, preocupado em defender as estratégias de atuação adotadas pelo Programa e em destacar o pleno compromisso do Governo do Estado com o desenvolvimento e execução do projeto.

As estratégias de atuação adotadas pelo PPRCH foram orientadas por um conjunto de políticas que, por sua vez, nortearam a elaboração do Programa e que orientaram o desenvolvimento de suas ações. Essas políticas procuraram abranger os diversos aspectos da dinâmica existente na Praia Grande, entre eles: o aspecto econômico, social e cultural. Dada a importância dessa conjuntura, analisa-se o texto 2 que apresenta o conjunto de políticas que orientaram as ações do Projeto Praia Grande.

Texto 2 - Políticas que Orientaram as Atividades do PPRCH

1. Propiciar a permanência da população residente no Centro Histórico, através de um processo de gestão comunitária das questões relativas à habitação, tomado como base das ações da administração pública no setor;
2. Intensificar as atividades de assistência e promoção social e consolidar as instituições existentes na área que se dedicam ao atendimento da pessoa e da família;
3. Incentivar as manifestações culturais e educacionais, mediante o estabelecimento de centros comunitários, de treinamento e de criatividade artística e o fortalecimento das instituições públicas e privadas existentes na área, dedicadas à ação e à difusão cultural, bem como apoiar as manifestações culturais e artísticas de indivíduos ou grupos comunitários residentes no Centro Histórico;
4. Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-o à dinâmica cultural e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social;
5. Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais (hortifrutigranjeiros, pescado, secos e molhados) e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural;
6. Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos – água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefonia, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária de forma a beneficiar a população residente e os usuários, propiciando uma ocupação mais coerente e diversificada no Centro Histórico;
7. Dinamizar as atividades portuárias tradicionais, visando à revitalização das funções econômicas culturais mais representativas do Centro Histórico, relativas à pesca artesanal e ao transporte hidroviário de passageiros e carga;
8. Contribuir para a evolução do associativismo e para a consolidação das entidades de classe e demais associações existentes, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico;
9. Garantir, no âmbito da Comissão de Coordenação do Projeto Praia Grande, um processo permanente de reavaliação e crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, de forma a assegurar que todas as intervenções propostas sejam estabelecidas a partir das contribuições e reivindicações definidas por cada entidade participante pelos representantes da comunidade;
10. Assegurar o compromisso político da administração pública quanto à inclusão dos temas relativos à restauração e conservação dos bens culturais e dos concomitantes trabalhos de promoção social das comunidades, nos planos de Governo Federal, Estadual e Municipal, de forma a garantir o estabelecimento de uma filosofia governamental que se materialize através de programas de trabalho, em dotações orçamentárias e na alocação de recursos humanos e financeiros compatíveis com a natureza e o volume das atividades e serviços que se fazem imprescindíveis à preservação do patrimônio e da memória cultural maranhense.

Fonte: Maranhão (1980, p. 19-20, grifo do autor).

O texto de apresentação da primeira política, ao tratar das questões referentes à habitação – “Propiciar a permanência da população residente no Centro Histórico” – gera efeitos de sentido que remetem à identificação do espaço social e, também, ao conceito de lugar expresso por Tuan (2013),

quando afirma que os lugares são centros aos quais atribui-se valor e onde se pode satisfazer as necessidades biológicas de alimentação, água, descanso e reprodução, ou seja, que exigem maior permanência do indivíduo. Nesse entendimento, estão incluídos espaços como a residência, o lar enquanto espaço constituído por relações sociais íntimas.

A segunda política também expressa o sentido de espaço social à medida que busca a intensificação das ações de assistência e promoção social, por meio do fortalecimento das entidades que promovem o atendimento da pessoa e da família. Uma das ações oriundas dessa política foi a obra de restauração do Albergue do Voluntariado de Obras Sociais (VOS), realizada ainda na primeira etapa do PPRCH. Essa instituição pertencia à então Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social, e destinava-se ao acolhimento e orientação de pessoas que chegavam à capital em busca de emprego, mas não tinham onde ficar. Em outra etapa do Programa, em 2001, o espaço foi transformado em apartamentos para moradia, atendendo aos objetivos do subprograma de Promoção Social e Habitação no Centro Histórico (ANDRÈS, 2006). Nota-se, ainda, pelo teor do discurso dessa primeira política, a predominância das vozes dos sujeitos que enunciam a partir da posição de assistentes sociais, os quais compuseram o grupo de trabalho que participou na elaboração do documento.

A terceira política, que trata do incentivo às manifestações culturais e educacionais, produz efeitos de sentido que se referem ao olhar do sujeito administrador para o espaço cultural, o qual está relacionado ao modo como o homem interage com o ambiente e com os significados por ele impressos nessas interações. Essa política teve como uma de suas principais obras o Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, que foi instalado em um conjunto de antigos galpões comerciais utilizados nas atividades do antigo Porto da Praia Grande. No local foram implantados um centro de ensino e complexo cultural composto por teatro, cinema, biblioteca, salas para aulas de dança, oficinas, exposições de artes plásticas, laboratório fotográfico, restaurante, sanitários e setor de administração (ANDRÈS, 2006). O Centro continua em funcionamento, oferecendo atividades de apreciação e desenvolvimento de habilidades criativas e movimentando a vida social e cultural da Praia Grande.

Ao apresentar a quarta política – “Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico” –, o texto faz referência ao conceito de patrimônio ambiental urbano que se constitui não somente pelo conjunto arquitetônico legalmente protegido, mas, também, pelas relações deste com as pessoas dentro de um processo social contínuo. Por sua relação interativa com o homem, esse processo social pode ser afetado negativamente em decorrência das condições estruturais do ambiente, as quais devem apresentar adequado estado de conservação para que o espaço seja devidamente apropriado pela sociedade em suas atividades econômicas, culturais e sociais. Nessa política se sobressaem as vozes dos sujeitos que ocupam o lugar de arquitetos e urbanistas, sendo atravessados pelo discurso dos campos econômico e cultural.

No momento em que o PPRCH visa a “promover a revitalização econômica do comércio varejista”, do artesanato e das atividades referentes ao turismo cultural, ele está fazendo alusão ao espaço econômico. Com essa política, o Programa busca ainda um resgate às atividades tradicionalmente exercidas naquele espaço desde a época de sua formação – com exceção do turismo que foi estimulado, tendo em vista o recente despertar para esta atividade –, e que estavam sendo ameaçadas pelo estado crítico em que o ambiente se encontrava. Com as ações do Programa, essas atividades foram mantidas e contribuem para que a Praia Grande seja percebida como um espaço de tradições e preser-

vação da cultura em suas formas múltiplas e diversas.

Ao expor a sexta política – “Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos” –, o enunciado evoca o espaço social e também expressa nuances do conceito de paisagem, que Santos (2014) entende como sendo um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos, ou seja, um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais que surgem das relações do homem com o ambiente.

Ao longo de suas ações, o PPRCH demonstra preocupação em transformar a paisagem do Centro Histórico de São Luís de forma que esta se torne agradável e seja passível de apreciação, não somente por seus moradores, mas de igual modo por visitantes, constituindo-se em atratividade turística por suas características singulares e seu então desejado estado de preservação. Assim, observa-se que, não só nessa política, mas ao longo do programa, há um atravessamento com o discurso do planejamento turístico, que defende a adequação da infraestrutura urbana, não somente para o turista, mas, primeiramente, para a comunidade local.

Mais uma vez, ao indicar a sétima política – “Dinamizar as atividades portuárias tradicionais” –, o documento faz referência ao espaço econômico e ainda ao cultural, pois ressalta que as atividades portuárias e as que dela derivam se constituem em práticas tradicionais e representativas do Centro Histórico da cidade. Dessa forma, a atividade portuária é tida como tradicional e cultural, assim, sendo merecedora de especial atenção por parte do PPRCH.

O texto apresentado na oitava política – “Contribuir para a evolução do associativismo e para a consolidação das entidades de classe e demais associações existentes” – revela um interdiscurso com o posicionamento das instituições de preservação do patrimônio cultural, que incentivam a presença e participação das comunidades nos processos de elaboração e implantação das políticas de proteção e revitalização dos bens culturais. O discurso dessas instituições aponta para a necessidade da população de se sentir inserida nas decisões que dizem respeito à sua história, sua cultura e seu patrimônio, sob o risco de não “abraçar” as questões das quais foi deixada à parte. Quando a sociedade participa de forma ativa da escolha dos bens e do seu processo de preservação e revitalização, ela investe maior esforço e dedicação para defender e executar aquilo que ela ajudou a elaborar.

A nona política, por meio da “garantia de um processo permanente de reavaliação crítica”, expressa preocupação com o alcance dos objetivos estabelecidos. O alcance dos objetivos depende diretamente da contínua avaliação do projeto, a qual irá indicar se o Programa está indo na direção correta ou se necessita de ajustes. Em todas as seis etapas do PPRCH – referentes às diversas gestões que assumiram o governo estadual ao longo dos vinte e cinco anos do Programa –, houve muitas ocasiões em que o Programa foi reavaliado. As avaliações e reavaliações eram realizadas por meio de reuniões técnicas, seminários, congressos, colóquios e fóruns de debates, em que participavam tanto especialistas da área, quanto a comunidade (ANDRÈS, 2006). As ações decorrentes dessa política podem ser colocadas como uma das grandes responsáveis pelo alcance dos objetivos do projeto.

Com igual peso e responsabilidade, a décima política – “Assegurar o compromisso político da administração pública” –, teve a função de garantir que as próximas gestões do poder público assumissem o compromisso de seguir buscando os objetivos do PPRCH, ou seja, de incluir a temática da preservação e revitalização do patrimônio cultural e, ainda, a promoção social em seus planos de governo.

A importância dessa política reside no fato de que é comum, mas não necessariamente correto, alguns gestores públicos, ao assumir uma nova gestão, abandonarem os projetos iniciados por gestores anteriores para colocar em prática os projetos elaborados em sua gestão. Algumas vezes essa prática é realizada sem nenhuma avaliação crítica e imparcial dos projetos anteriores, mas pelo simples motivo de que os projetos foram elaborados por gestões diferentes.

Assim, a décima política foi elaborada com o propósito de evitar que o PPRCH fosse interrompido antes de cumprir com sua finalidade, qual seja: a preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís. Essa política reflete a formação discursiva de quem ocupa o lugar de um gestor público comprometido com a continuidade das obras. Esse enunciado estabelece um interdiscurso com todos os demais enunciados presentes em políticas de preservação, cujo olhar está direcionado para a finalização da obra.

Nesse contexto, tomando como base a ordem em que as políticas orientadoras do PPRCH foram apresentadas, é levado a crer que o Programa estabeleceu, como uma de suas prioridades, as intervenções de caráter social (políticas 1 e 2), as quais apontam para a dimensão do espaço social. Para que essas intervenções fossem pensadas e elaboradas de maneira a atender às necessidades da população, a Comissão de Coordenação do Projeto buscou estimular a participação da comunidade em todo o processo de elaboração do Programa. No entanto, alguns estudiosos do processo de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís, a exemplo de Cutrim (2011), afirmam que a presença da comunidade nesse processo não foi permanente, portanto, não satisfatória. Conforme ressaltado anteriormente, o texto previa “consulta e aprovação” da comunidade nos processos, o que reflete não uma concepção de gestão democrática e participativa, mas sim o Estado como representante legítimo dos interesses coletivos.

Ao longo da análise dos documentos e estudos sobre o PPRCH, observou-se que o momento de maior participação da comunidade nas ações do Programa foi durante sua primeira etapa, que compreende o surgimento e elaboração da proposta, sobretudo, no Programa de Obras para o Largo do Comércio e Adjacências, com especial atenção para a obra da Feira da Praia Grande, o que demonstrou maior interesse da população pelas questões econômicas. Compreende-se que a participação da comunidade (com ênfase nos logradouros de atividade econômica dessa população) sugere a ideia de um processo coletivo em relação a concepção, gestão e organização desse patrimônio. O discurso apresentado demonstra também uma concepção de espaço que inclui o tangível e o intangível no que se refere ao patrimônio. Nesse sentido, não se apoiou em modelos excludentes e higienistas. Ao contrário, as moradias populares, o uso do espaço, todos esses fatores foram considerados e incluídos na concepção do programa. A exploração turística do local não se sobrepôs, em momento algum, aos interesses da população local, de acordo com o discurso analisado no texto.

O interesse maior da comunidade local em relação aos logradouros de atividades econômicas suscita uma reflexão a respeito dos demais espaços que não despertaram interesse e no significado que os outros locais de memória e patrimônio possa ter para as pessoas que habitam o Centro Histórico.

A elaboração de políticas para o espaço, seja ele histórico ou não, deve sempre ser acompanhada da participação da comunidade, pois, como afirma Lefebvre (2006), o espaço é resultado da produção da sociedade. Sendo assim, ela deve ser parte integrante de todo processo que vise à alteração deste

que, além de produto, é também o meio onde ocorre a interação, tanto do homem com seus pares quanto do homem com o ambiente.

É nesse contexto de relações da sociedade com o ambiente e do homem com o homem, que o discurso do PPRCH produz efeitos de sentido que remetem às dimensões social, cultural e econômica do espaço. Os efeitos de sentidos gerados por esse Programa levam, também, à produção de identidades, tanto sobre a cidade de São Luís quanto sobre a Praia Grande, a respeito das que se referem este último, é que se tratará a partir de então.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PPRCH surgiu como uma das principais ações no sentido de preservar e restaurar a área histórica de São Luís. A pesquisa ora apresentada dedicou-se a analisar o discurso presente nesse instrumento das políticas públicas à luz da AD, com base nos pressupostos teóricos do filósofo francês Michel Pêcheux, e com o objetivo específico de identificar as concepções de espaço existentes no Programa e os efeitos de sentido que as produzem. Assim, Pêcheux apoia seu pensamento na ideia de que as palavras, expressões e proposições não possuem sentido uno e próprio, mas que este é definido pelas posições ideológicas existentes no processo histórico e social em que aquelas são produzidas e reproduzidas. Ou seja, a ideologia dos sujeitos influencia diretamente o sentido dos enunciados, sentido este que é produzido no interior da formação discursiva que, por sua vez, pode ser compreendida como o mecanismo que controla e organiza o nascimento dos discursos.

O conjunto de textos presente no documento do PPRCH reflete o discurso dos órgãos responsáveis pelo planejamento e elaboração das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. Tal discurso sustenta que o referido planejamento deve considerar o ambiente e contexto no qual o bem a ser preservado está inserido, o que significa dizer que, sendo o bem um conjunto arquitetônico, seu processo de preservação deve observar não somente as questões físicas, mas, também, as sociais, econômicas e culturais que fazem parte do seu entorno. Para tanto, o Programa apresentou uma multiplicidade de olhares, determinados por diferentes ideologias, marcados por diferentes posições de sujeito: arquitetos, urbanistas, assistentes sociais, representantes de órgãos culturais e de sindicatos.

A análise do discurso do PPRCH apontou para concepções de espaço econômico, produzidas pelo efeito de sentido revelado na atenção dada pelo Programa às relações de consumo, de produção e relações comerciais existentes na Praia Grande; de espaço social marcada pela produção de sentido observada no tocante às questões referentes à interação do homem com seus pares e com o próprio ambiente, ocasião em que foram desenvolvidas ações de estímulo e aperfeiçoamento das atividades institucional e residencial e de melhoria dos espaços de convívio social e coletivo, como, por exemplo, as praças, e de espaço cultural gerada pelo efeito de sentido presente no reconhecimento, pelo PPRCH, da existência dos símbolos pertencentes à cultura local, tais como: o artesanato, a atividade portuária e a comercialização de produtos típicos, e pelo desenvolvimento de ações que estimulam a valorização destes símbolos no contexto do Centro Histórico da cidade.

Além das concepções de espaço, a análise revelou ainda a presença de conceitos como o de lugar elaborado por Tuan (2013), que entende que os lugares são centros aos quais atribui-se valor e onde se

pode satisfazer as necessidades biológicas, necessitando, assim, de maior permanência das pessoas. Esse conceito foi identificado, na primeira, de um conjunto de dez políticas que orientaram as atividades desenvolvidas pelo PPRCH e que tratava da permanência da população residente no Centro Histórico de São Luís.

Production of meanings and conceptions of space in programme of conservation and preservation of Historic Center of São Luís Maranhão between 1980 and 1993

ABSTRACT

Analysis of the public policies directed to Praia Grande (1980 -1993), and its relation with the space dynamics, in order to identify the contributions of these policies in the construction of an identity for São Luís. Documentary research was carried out using type corpus Archive, understood from the perspective of Foucault (2008). The archive consulted is basically composed of the set of documents that form the Preservation and Revitalization Program of the Historic Center of São Luís (PPR-CHSL), which is studied based on Discourse Analysis (AD) of French line, guided by the writings of the philosopher Pêcheux (1995). The results of the analysis of the PPRCHSL training documents are presented, which point to the existence of concepts of social, economic and social space, besides the presence of elements of the concepts of landscape, place and urban environmental patrimony, thus evidencing the identities that emerge from the discourses present in the said Program.

Keywords: Geographic Space. Revitalization. Preservation. Praia Grande. Public policy.

REFERÊNCIAS

- ANDRÈS, L. F. C. C. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís**: análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL sob o enfoque da conservação urbana integrada. 2006. 247 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**. Tradução Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp.2003.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. as artes de fazer. 16. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CUTRIM, Kláutenys Dellene Guedes. **Patrimônio da Humanidade**: a edificação discursiva da cidade de São Luis nas políticas de preservação do Estado. 2011. 188 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2011.
- _____. Sujeito, Espaço e Tempo no Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís-Ma. **Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)**, São Luís, v. 1, n. 1, p. 53-64, jul./dez. 2015
- DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FERNANDES, C. A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.
- GIOMETTI, A. B. R.; PITTON, S. E. C.; ORTIGOZA, S. A. G. Leitura do espaço geográfico através das categorias: lugar, paisagem e território. **Acervo Digital UNESP**, 2012. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1_d22_v9_t02.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990. (Biblioteca Vértice).
- LEFEBVRE, H. **A produção social do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira versão. [Paris: Éditions Anthropos], 2006. (do original: La production de l'espace. 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interfaca/1a_aula/A_producao_do_espaço.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- MARANHÃO. Secretaria de Planejamento. Programa de Obras para o Largo do Comércio e Adjacências: **Projeto Praia Grande**. São Luís, 1980.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PEREIRA, E. C. A. **Reviver**. Teresina: Ed. Aquarela, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio.**, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989. (Estudos Históricos; 3).

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2014.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

UNESCO. Patrimônio imaterial. [S.l.:s.n.], 2017a. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/intangible-heritage/>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

BIOGRAFIAS

Conceição de Maria Belfort de Carvalho

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), mestra em Estudos Literários pela UNESP, graduada em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora do Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade da UFMA. Tem experiência na área de Turismo, com ênfase nas áreas: Gestão do turismo, Patrimônio cultural e Pesquisa em Turismo.

Larissa Lacerda Menendez

Doutora e Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, graduada em Licenciatura Plena em Educação Artística pela Fundação Armando Álvares Penteado. Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade da UFMA e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Contemporâneos da UFMT. Tem experiência na área de Artes Visuais e Antropologia.

Sarany Rodrigues da Costa

Mestra em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Graduada em turismo pela UFMA, foi assessora técnica na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de São José de Ribamar, foi bolsista pelo Programa de Iniciação Científica da UFMA, estagiou na Associação dos Municípios do Circuito Turístico do Ouro (ACO), em Minas Gerais, participa do Grupo de pesquisa em Patrimônio Cultural.